



IPREJAN

Instituto de Previdência Municipal de Jandira
"Onício de Brito Vilas Boas"

Rua Henrique Dias, 433 – Vila Anita Costa, Jandira – SP Cep.: 06600-150
C.N.P.J. 04.725.003/0001-43 Inscrição Isento Fone (11) 4707-5074 / 4707-6445 / 4707-1908
e-mail: iprejan@terra.com.br



Ata nº 008/2.017

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Data: 29/08/2017

Participantes: Agnes Aparecida Moraes Vigh de Oliveira – Chefe da Divisão Técnica Administrativa e Financeira, Carlos Eli Scopim – Responsável Técnico - Diretor Executivo e Maria Aparecida da Silva Gomes Pereira - Coordenadora do Departamento, Administrativo e de Benefícios.

Às 09hs00min do dia vinte e nove de agosto do ano de dois mil e dezessete, deu início a reunião deste Comitê com a seguinte pauta; **1) Retrospectiva do mercado financeiro e cenário macroeconômico de curto prazo**; No Mercado Local, as atenções em julho estarão voltadas para as discussões a respeito das reformas e das alternativas a serem apresentadas para a questão fiscal, além do aumento dos impostos incidentes sobre os combustíveis e seu impacto na inflação. Seguimos com a nossa recomendação de uma exposição de 50% nos vértices mais longos (dos quais 20% direcionados para o IMA-B 5+ e/ou IDKA 20A e 30% para o IMA-B Total). Para os vértices médios (IMA-B 5, IDKA 2A e IRF-M Total) reduzimos a nossa recomendação de uma exposição de 20% para 10%. Os recursos deverão ser migrados para as aplicações em fundos DI, cuja alocação agora sugerida é de 15% (5% anteriormente). As aplicações no IRF-M 1, representado pelos vértices mais curtos da taxa pré-fixada, deverão igualmente migrar para as aplicações em fundos DI, mantendo-se apenas o 4 de 4 estritamente necessário para evitar o desenquadramento aos limites da Resolução CMN nº 3.922/2010, que permite o percentual máximo de 30% em fundos enquadrados no Artigo 7º, Inciso IV. A estratégia ora recomendada mantém a perspectiva de retorno ao mesmo tempo em que reduz o risco total da carteira. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos. A atual escassez de crédito para a produção e o consumo tem gerado prêmios de risco, que possibilitam uma remuneração que supera as metas atuariais. Quanto à renda variável, continuamos a recomendar uma exposição de no máximo 25%, já incluídas as alocações em fundos multimercado (5%), em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%), além das realizadas em ações (10%). Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo. RENDA FIXA Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de maio acabou sendo o do IDKA 20 (IPCA), com alta de 6,30%, seguido do IMA-B 5+, com 4,67% e do IMA-B Total, com 4%. Em doze meses, o melhor desempenho foi o do IRF-M 1+ com alta de 19,40%.



IPREJAN

Instituto de Previdência Municipal de Jandira
"Onício de Brito Vilas Boas"

Rua Henrique Dias, 433 – Vila Anita Costa, Jandira – SP Cep.: 06600-150
C.N.P.J. 04.725.003/0001-43 Inscrição Isento Fone (11) 4707-5074 / 4707-6445 / 4707-1908
e-mail: iprejan@terra.com.br



seguido do IRF-M Total com alta de 17,73% e do IDkA 20 (IPCA), com alta de 17,39%. RENDA VARIÁVEL Para o Ibovespa, a alta no mês foi de 4,80% e agora acumula no ano uma alta de 9,45% e de 16,15% em doze meses. ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA Conforme divulgação do Banco Central, o IBC-Br, considerado uma prévia do PIB, encolheu 0,51% em maio, frente a abril, quando o esperado era um crescimento de 0,5%. Mas frente a maio do ano anterior a alta foi de 1,4%. Já a produção industrial se estabilizou em junho, depois de dois meses seguidos de alta. Ainda de acordo com o IBGE, a taxa de desemprego no país se situou em 13% no trimestre encerrado em junho, sendo que um ano antes era de 11,3%. O número de desempregados foi de 13,5 milhões de pessoas. SETOR PÚBLICO Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 19,6 bilhões em junho. No ano o déficit primário acumulou R\$ 35,2 bilhões e em doze meses R\$ 167,2 bilhões (2,62% do PIB). As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 440,3 bilhões (6,89% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 607,5 bilhões (9,50% do PIB), também em doze meses. A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em janeiro R\$ 4,67 trilhões (73,1% do PIB). INFLAÇÃO O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), avançou, de junho para julho de -0,23% para 0,24%, por conta da alta dos preços dos combustíveis e da energia elétrica. Em doze meses, a alta acumulada foi de 2,71%, abaixo do piso da meta que é 3% e no ano, de 1,43%. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 0,17% em julho passando a acumular uma alta de 1,92% no ano e de 2,06% em doze meses. JUROS O Copom decidiu em sua reunião no final do mês, reduzir a taxa Selic de 10,25% para 9,25% aa. Foi a sétima redução seguida e decidida de forma unânime. No comunicado o BC afirmou que o ritmo de flexibilização continuará dependendo da evolução da atividade econômica e do balanço de riscos. **2) Análise da Carteira de Investimentos;** Diante do atual cenário econômico este Comitê solicitou a Consultoria Crédito & Mercado sugestão de segmentos para aplicação e realocação a partir de nossa carteira de investimentos, onde foi elaborado o Relatório de Análise de Portfólio (Junho-2017), fazendo parte integrante desta Ata como Anexo I, com as seguintes recomendações e justificativas: Depois de uma ampla discussão interna, inclusive com a ala política do governo, a equipe econômica anunciou, na última terça-feira, um aumento da meta do déficit primário, neste e nos próximos três anos. Em 2017, o déficit previsto de R\$ 139 bilhões e em 2018, o de R\$ 129 bilhões foram elevados para R\$ 159 bilhões. Já a previsão do de 2019, de R\$ 65 bilhões passou para R\$ 139 bilhões e o superávit de 2020, estimado em R\$ 10 bilhões teve a previsão alterada para um déficit de R\$ 65 bilhões. Entre as justificativas apontadas para a revisão das metas está a frustração com a arrecadação federal, por conta da recessão e da inflação mais baixa, causada por preços mais baixos, que ensejam uma menor receita com impostos. Para que as novas metas sejam alcançadas, o governo ainda depende da aprovação dos valores, pelo Congresso Nacional, além de uma série de medidas de aumento das receitas e corte nos gastos com servidores. Uma das principais consequências das novas metas será o aumento da dívida pública, que poderá chegar a 92% do PIB em 2023, sendo que hoje situa-se ao redor de 75%. Para alguns economistas, apenas em 2024 o Brasil voltará a ter superávit primário. Para outros, sem a reforma da Previdência, dificilmente o país voltará a ter superávits. A agência de classificação de riscos Standard & Poor's Global, afirmou que não pretende reduzir o rating do Brasil no curto prazo, dada a sinalização do governo de que está comprometido em resolver o desequilíbrio fiscal do país. Mas dependendo da evolução dos acontecimentos, não descarta fazê-lo em 2018. Para a agência Moody's, a revisão da meta não impacta em seu cenário base para o Brasil, embora uma trajetória mais lenta para uma consolidação fiscal seja negativa. Ao mesmo tempo em que o governo tenta retomar a reforma da



IPREJAN

**Instituto de Previdência Municipal de Jandira
"Onício de Brito Vilas Boas"**

Rua Henrique Dias, 433 – Vila Anita Costa, Jandira – SP Cep.: 06600-150
C.N.P.J. 04.725.003/0001-43 Inscrição Isento Fone (11) 4707-5074 / 4707-6445 / 4707-1908
e-mail: iprejan@terra.com.br



PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE JANDIRA

Previdência, a equipe econômica avalia privatizações, a elevação da contribuição previdenciária dos servidores públicos, leilões de reservas do pré-sal e a tributação de fundos de investimentos exclusivos para aumentar as receitas, por exemplo. O ajuste fiscal passou a depender ainda mais da agenda legislativa. Em relação à economia internacional, na zona do Euro, a produção industrial em junho, frente a maio recuou 0,6% e avançou 2,6% na base anual, quando a expectativa era de uma alta de 2,8%. Por sua vez, a inflação do consumidor em julho repetiu o mês anterior, ao registrar alta anual de 1,3%. Já o PIB do segundo trimestre, teve sua alta revisada de 2,1% para 2,2%, mostrando uma expansão maior do que a prevista pelos economistas. Em relação à economia brasileira, dos indicadores parciais de inflação, o IPC-Fipe registrou alta de 0,22% na segunda leitura de agosto, depois de avançar 0,04% na primeira. O IPC-S, que havia subido 0,41% na primeira quadrissemana de agosto, reduziu sua alta para 0,40% na segunda. Já o IGP-M, depois de ter registrado queda de 0,03% na primeira quadrissemana de agosto, apresentou alta de 0,03% na segunda. Em relação à atividade econômica, o índice IBC-Br, do Banco Central, surpreendeu em junho ao registrar alta de 0,50% em relação a maio e de 0,25% no segundo trimestre. Ainda em junho, conforme o IBGE, o comércio varejista surpreendeu ao registrar avanço de 1,2% em relação ao mês anterior. Para a bolsa brasileira, foi outra semana de alta. O Ibovespa subiu 2,01%, acumulando alta de 14,09% no ano e de 16,27% em doze meses. O dólar, por sua vez caiu 0,13%, aumentando a variação negativa para 2,88% no ano. O IMA-B Total, por sua vez subiu 0,26% na semana, acumulando alta de 10,59% no ano. No último relatório Focus, a média dos economistas que militam no mercado financeiro estimou que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subirá 3,51% em 2017, frente a expectativa de 3,50% na semana anterior. Para 2018 a estimativa é que suba 4,20%, como na semana anterior. Para a taxa Selic, o relatório informou que agora, para o fim de 2017, a média das expectativas situou-se em 7,5%, como na pesquisa anterior e para o final de 2018 em 7,50%, também como na última pesquisa. Já para o desempenho da economia previsto para este ano, o mercado estima a evolução do PIB em 0,34%, como na pesquisa anterior e para 2018 um avanço de 2,00%, também como no último relatório. Para a taxa de câmbio, a pesquisa mostrou que a cotação da moeda americana estará em R\$ 3,23, no fim de 2017, frente a R\$ 3,25 na pesquisa anterior e para o final do próximo ano em R\$ 3,39, frente a R\$ 3,40 no último relatório. Para o Investimento Estrangeiro Direto, as expectativas são de um ingresso de US\$ 75 bilhões em 2017 e de US\$ 76,75 bilhões em 2018. Entendemos que, dado o expressivo avanço já ocorrido dos índices que referenciam os fundos de investimentos em títulos públicos, em julho, no ano e em doze meses, por conta da queda da inflação e da redução da taxa Selic, por um lado, e da piora do quadro fiscal e do aumento da inflação por conta dos preços mais altos dos combustíveis, por outro, é chegado o momento de revermos a alocação recomendada e sugerir a realização dos lucros obtidos com as aplicações de longuíssimo prazo. Permanecer com uma exposição no vértice de longuíssimo prazo neste momento de maiores incertezas, pode não representar ganhos expressivos em função do fator risco a ser incorrido. Sendo assim, recomendamos uma exposição de 30% no vértice de longo prazo, representado pelo IMA-B Total. Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) mantemos a nossa recomendação de uma exposição de 10%. Os recursos saídos do longuíssimo prazo deverão ser migrados para as aplicações em fundos DI, cuja alocação agora sugerida é de 30%, e para as aplicações no IRF-M 1 a alocação sugerida é de 5%. Lembramos que para evitar o desenquadramento aos limites da Resolução CMN nº 3.922/2010, o percentual máximo de alocação em fundos enquadrados no Artigo 7º, Inciso IV é de 30%. A estratégia ora recomendada mantém a perspectiva de bom retorno ao mesmo tempo em que reduz o risco total da carteira. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento é oportuna a avaliação de



IPREJAN
Instituto de Previdência Municipal de Jandira
"Onício de Brito Vilas Boas"

Rua Henrique Dias, 433 – Vila Anita Costa, Jandira – SP Cep.: 06600-150
C.N.P.J. 04.725.003/0001-43 Inscrição Isento Fone (11) 4707-5074 / 4707-6445 / 4707-1908
e-mail: iprejan@terra.com.br



aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos. A atual escassez de crédito para a produção e o consumo tem gerado prêmios de risco, que possibilitam uma remuneração que supera as metas atuariais. Quanto à renda variável, continuamos a recomendar uma exposição de no máximo 25%, já incluídas as alocações em fundos multimercado (5%), em fundos de participações - FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%), além das realizadas em ações (10%). Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo. Renda Fixa: Sendo assim, recomendamos uma exposição de 30% no vértice de longo prazo, representado pelo IMA-B Total. Para os vértices médios (IMA-B 5, IDKA 2A e IRF-M Total) mantemos a nossa recomendação de uma exposição de 10%. Os recursos saídos do longuíssimo prazo deverão ser migrados para as aplicações em fundos DI, cuja alocação agora sugerida é de 30%, e para as aplicações no IRF-M 1 a alocação sugerida é de 5%. Lembramos que para evitar o desenquadramento aos limites da Resolução CMN nº 3.922/2010, o percentual máximo de alocação em fundos enquadrados no Artigo 7º, Inciso IV é de 30%. A estratégia ora recomendada mantém a perspectiva de bom retorno ao mesmo tempo em que reduz o risco total da carteira. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos. A atual escassez de crédito para a produção e o consumo tem gerado prêmios de risco, que possibilitam uma remuneração que supera as metas atuariais. Renda Variável: Quanto à renda variável, continuamos a recomendar uma exposição de no máximo 25%, já incluídas as alocações em fundos multimercado (5%), em fundos de participações - FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%), além das realizadas em ações (10%). Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo. A sugestão completa é a realocação visando a diversificação da carteira em todos os papéis possíveis, seguindo a estratégia de nossos informes periódicos, sempre respeitando a Resolução CMN nº 3.922/2010, a Política de Investimentos do RPPS definida para o período e todos os instrumentos de regulação vigente dos órgãos reguladores. **3) Análise de Alocação e Realocação;** considerando as obrigações previdenciárias e administrativas para o mês em curso; a Sra. Agnes coloca que do total disponível no valor de R\$ 17.800.000,00 (dezesete milhões e oitocentos mil reais), que serão resgatados do fundo CDI BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CNPJ: 13.077.415/0001-05 recursos estes provenientes de repasses da Prefeitura do Município de Jandira e da Câmara Municipal. Diante do cenário acima apresentado, e a recomendação da consultoria financeira, Anexo I e Anexo II desta ata, bem como Panorama de julho, decidiu-se aplicação dos recursos nos segmentos renda variável e renda fixa, divididos em 10.000.000,00 (dez milhões) para Renda Variável e 7.800.000,00 (sete milhões e oitocentos mil reais) para Renda Fixa. **RENDA VARIÁVEL:** Ao fazer as análises dos fundos em nossa carteira, e ainda, a comparação dos fundos, Anexo III desta ata, ficou decidido pelo Comitê de Investimentos aplicar 10.000.000,00 (dez milhões), divididos da seguinte forma: 8.000.000,00 (oito milhões) no fundo BB CONSUMO FIC AÇÕES, CNPJ: 08.973.942/0001-6, e os outros 2.000.000,00 (dois milhões) no fundo AZ LEGAN BRASIL FI AÇÕES, CNPJ: 14.550.994/0001-24. Já No segmento **RENDA FIXA**, ainda diante ao atual



IPREJAN
Instituto de Previdência Municipal de Jandira
"Onício de Brito Vilas Boas"

Rua Henrique Dias, 433 – Vila Anita Costa, Jandira – SP Cep.: 06600-150
C.N.P.J. 04.725.003/0001-43 Inscrição Isento Fone (11) 4707-5074 / 4707-6445 / 4707-1908
e-mail: iprejan@terra.com.br



cenário econômico e seguindo as recomendações de Realocação da Consultoria Financeira, serão Realocados 7.800.000,00 (sete milhões e oitocentos mil reais), nos seguintes segmentos: IMA B5+: serão R\$ 3.000.000,00 (três milhões reais) no fundo BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO, CNPJ:13.327.340/0001-73; e R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) no fundo CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP, CNPJ: 10.577.503/0001-88. No IMA B5 serão realocados 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), no fundo DAYCOVAL IMA-B 5 FI RENDA FIXA, CNPJ: 12.672.120/0001-14. Demais Assuntos; Esgotada a pauta do dia, e ninguém mais querendo fazer o uso da palavra, foi declarada a reunião encerrada, cujas informações serão encaminhadas por relatório ao Conselho Administrativo e Fiscal, conforme determina o regimento interno do Comitê.

Agnes Ap. Moraes Vigh de Oliveira – Chefe da Divisão Téc. Financeira

Carlos Eli Scopim - Diretor Executivo

Maria Ap. da Silva. G. Pereira. - Coord. Do Dep. Adm. e benefícios